MÉTODO 40 PONTOS 2.0

PDF de Questões

Conceito de Tributo

Cersoab

DIREITO TRIBUTÁRIO

Conceito de Tributo - Questões

Questão 1

De acordo com a definição de <u>tributo</u>, segundo o Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa <u>incorreta</u>.

- A) A compensação financeira pela exploração de recursos minerais não é tributo, por ausência do caráter compulsório.
- B) A concessão de desconto ao contribuinte do IPVA, que não tenha cometido infrações de trânsito, viola o conceito de tributo, pois o tributo não é sanção por ato ilícito.
- C) O serviço militar obrigatório não é tributo, por ser uma obrigação compulsória não pecuniária.
- D) O acréscimo no valor do IPTU, a título de multa administrativa por ausência de inscrição imobiliária, viola o conceito de tributo, por se tratar de sanção por ato ilícito.
- E) Os agentes públicos envolvidos na cobrança do tributo não podem agir motivados por pressupostos de conveniência e oportunidade, devendo cumprir o que determina a lei, pois a cobrança do tributo é atividade administrativa plenamente vinculada.

Questão 2

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, constituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Os tributos podem ser classificados em vinculados e não vinculados.

Assinale a opção que indica um tributo não vinculado.

- A) Taxas.
- B) Impostos.
- C) Contribuições de melhoria.
- D)Contribuições sociais.
- E) Empréstimos compulsórios.

Questão 3

Assinale a opção que apresenta elemento estranho ao conceito legal de tributo.

- A) Prestação compulsória.
- B) Prestação pecuniária.
- C)Prestação com natureza de sanção.
- D) Prestação cobrada mediante atividade administrativa vinculada.
- E) Prestação instituída em lei.

Questão 4

Com relação aos tributos, assinale a alternativa em que as duas assertivas estão corretas e a segunda complementa o sentido da primeira.

- A) Os tributos são prestações pecuniárias instituídas por lei // eles decorrem de atividade administrativa discricionária do Estado, no exercício do jus imperii.
- B) Os tributos, para serem criados, decorrem de lei específica // os impostos, espécie de tributos, quando regulatórios, prescindem de lei para serem criados.
- C) Os tributos são prestações pecuniárias instituídos por lei específica // eles não têm natureza de sanção de ato ilícito.
- D) Os tributos decorrem da necessidade do Estado em prestar serviços públicos e realizar obras públicas relevantes // eles constituem receita originária do Estado.
- E) Os tributos têm missão constitucional exclusiva de obtenção de receita para o ente tributante competente para a sua criação // eles são decorrentes de atividade legislativa vinculada.

Questão 5

Leia o fragmento a seguir.



Segundo o Art. 3º do Código Tributário Nacional, é toda presta	ıção
pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que	
sanção de ato ilícito, instituída em e cobrada mediante ativid	ade
administrativa plenamente vinculada.	

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento lido.

- A) tributo facultativa não constitua lei.
- B) tributo compulsória constitua lei.
- C) tributo compulsória não constitua lei.
- D) tributo compulsória não constitua norma infraconstitucional.
- E) imposto obrigatória constitua lei ordinária.

Questão 6

Lei federal instituidora do Conselho Federal de certa profissão regulamentada estatuiu que a Diretoria da entidade poderia fixar o valor a ser cobrado a título de anuidades a serem pagas pelos profissionais vinculados a tal Conselho, limitado a um teto de até R\$ 500,00. Também estabeleceu que a fiscalização e a arrecadação de tais anuidades seriam feitas pelos próprios funcionários deste Conselho, contratados pelo regime da CLT.

Acerca desse cenário, é correto afirmar que tal lei federal

- A) violou o princípio da legalidade tributária ao conferir à Diretoria deste Conselho Profissional o poder de fixar o valor das anuidades.
- B) consubstancia o fenômeno da parafiscalidade, admitido no ordenamento jurídico nacional.
- C) não poderia ter atribuído a tal Conselho, que não é parte da administração tributária federal, nem a fiscalização nem a cobrança destas anuidades.
- D) poderia ter atribuído a tal Conselho, apesar de não ser parte da administração tributária federal, a cobrança de tais anuidades, mas não sua fiscalização.
- E)não poderia ter atribuído a funcionários de tal Conselho, regidos pela CLT, a fiscalização e cobrança destas anuidades, uma vez que não são agentes da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Questão 7

João dos Santos, entrou com uma ação na Justiça Estadual do Amazonas requerendo que possa parar de pagar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), além da devolução dos últimos 5 anos, pois na estrada que usa para chegar ao trabalho, apesar das inúmeras reclamações, há um buraco no asfalto que danifica todos os veículos.

Sobre a pretensão de João, assinale a afirmativa correta.

- A) Não assiste razão a João, pois não se pode cobrar a destinação legal de imposto.
- B) Sim, assiste razão a João, desde que comprovados os danos.
- C) Sim, assiste razão a João, desde que comprovadas as reclamações na Secretaria competente.
- D) Não assiste razão a João, pois só a Associação de Moradores teria legitimidade para entrar com a ação.
- E) Sim, assiste razão a João, desde que não tenha recebido multas no período.

Questão 8

Tributo não vinculado é aquele que tem por fato gerador uma situação que independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, diz-se um "tributo não vinculado". Nesse sentido, é "tributo não vinculado":

- A) o IPTU;
- B) a taxa de fiscalização;
- C) a contribuição de melhoria;
- D) a taxa de melhoramento dos aeroportos;
- E) a taxa de limpeza pública.

Questão 9

O Código Tributário Nacional – CTN traz, em seu artigo 3º, o conceito de tributo: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada."

Com base na definição de tributo trazida pelo CTN e na jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto, analise os itens a seguir.

- I. É vedado ao Município exigir multa administrativa, por falta de inscrição imobiliária, a título de tributo.
- II. Admite-se que o legislador estadual conceda descontos no IPVA aos contribuintes que não cometem infrações de trânsito.
- III. A contraprestação cobrada por concessionárias de serviço público de água e esgoto detém natureza jurídica de tributo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, apenas.

Questão 10

Com relação à estrutura tributária e aos princípios da equidade fiscal, os tributos são classificados em diretos e indiretos, além de serem analisados quanto a sua progressividade ou regressividade.

Neste contexto, assinale a opção descreve corretamente a natureza e o impacto dessas categorias de tributos sobre diferentes faixas de renda na população.

- A) Tributos diretos são geralmente considerados regressivos, pois são cobrados indiretamente através de bens e serviços, afetando desproporcionalmente as camadas mais pobres da população que dedicam uma parcela maior de sua renda ao consumo.
- B) A progressividade dos tributos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é evidenciada pelo fato de que pessoas com maior renda consomem mais e, portanto, pagam mais imposto em termos absolutos, aliviando a carga tributária sobre os mais pobres.
- C) Tributos diretos, como o Imposto de Renda, são considerados progressivos porque suas alíquotas aumentam com a capacidade contributiva do indivíduo, fazendo com que aqueles com maiores rendas contribuam proporcionalmente mais para o financiamento público.

- D) Os tributos indiretos são inerentemente progressivos, pois são aplicados uniformemente a todos os consumidores, independentemente de sua renda, garantindo que todos contribuam igualmente para o financiamento dos serviços públicos.
- E) A regressividade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) demonstra que os tributos diretos penalizam as camadas de menor renda, visto que todos pagam o mesmo percentual independentemente do valor do veículo ou da renda do proprietário.